

Etanol vai ganhar defesa mais firme durante as negociações

Rosângela Capozoli

O Brasil chega a Copenhague em dezembro para a COP-15, a Conferência das Partes, com enormes desafios, mas com bons argumentos. Uma das tarefas mais complexas será convencer as nações ricas e as em desenvolvimento que o etanol é o combustível limpo das próximas décadas num momento em que os holofotes estão voltados para as enormes reservas de petróleo descobertas no pré-sal.

Os investimentos em combustível fóssil transformam o país em vidraça. Mas a importância do etanol é vista como escudo contra as críticas de ambientalistas e as restrições tarifárias e não-tarifárias impostas pelos países ricos. Mais agressivo que em encontros anteriores, o Brasil pretende mostrar que pode ser exemplo mundial e líder em combustíveis verdes.

"A posição do Brasil não será apenas valorizar a experiência em etanol de cana e mostrar como essa experiência pode ser replicada", diz Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. O foco é destacar a "origem da matéria-prima utilizada na sua fabricação porque, no âmbito da COP-15 e de todas as ONGs e entidades multilaterais que tratam de sustentabilidade e de proteção do meio ambiente, existe uma consciência de que há relação entre a produção de etanol a partir de grãos e a segurança alimentar". Ou seja, ocupar terras com a plantação de milho para etanol também reduz as emissões de CO₂, mas pode levar à pobreza, o que não acontece com a cana-de-açúcar.

Segundo Nastari, o Brasil vai defender o etanol como estratégia de desenvolvimento econômico e de proteção do meio ambiente, ressaltando que se trata de combustível produzido a partir de matérias-primas consideradas avançadas, dentre as quais a cana. Para convencer sua "plateia" de nações e especialistas, o país terá de mostrar os avanços regulatórios no zoneamento da terra, com a proteção de biomas e garantias para os trabalhadores. Sem isso, diz Nastari, o etanol brasileiro será barrado pelos países importadores.

Carlos Cavalcanti, diretor do Departamento de Energia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirma que todos os números favorecem o etanol brasileiro. Ele cita estudos, entre eles o do professor Isaías Macedo, da Unicamp, que apontam a capacidade do etanol de reduzir em até 80% as emissões de gás carbônico. "Um programa de adição de 10% de etanol na gasolina consumida nos automóveis do mundo todo reduzirá de 5% a 8% a emissão de CO₂", afirma.

Eduardo Leão de Souza, diretor executivo da União Nacional dos Produtores de Cana-de-Açúcar (Unica), considera fundamental o estabelecimento de um marco regulatório energético confiável, com o alinhamento das diferentes áreas de governo e políticas do setor - o que traria benefícios internos e atrairia investimentos externos.

Aposta no pré-sal é cercada por muitas promessas e dúvidas

Andreia Fanzeres

Inspirados pelas promessas de fartas receitas com o petróleo no pré-sal, representantes do governo acham que a ampliação do papel do combustível fóssil na economia brasileira não vai manchar a imagem que o país quer levar para a Dinamarca. "A exploração se dará concretamente em mais de uma década, após, portanto, o período previsto para os compromissos que serão assumidos na presente negociação (2020). Isso, contudo, não deve alterar significativamente nossa matriz energética, basicamente limpa", diz o representante especial para negociações climáticas Sergio Serra, do Ministério das Relações Exteriores.

Para André Ferretti, coordenador da rede Observatório do Clima, os investimentos que o Brasil pretende fazer no pré-sal vão aumentar em até 3% as emissões do setor de energia só na fase de extração, sem falar nos impactos de beneficiamento e produção de derivados. "Enquanto os países desenvolvidos começam a investir em alta tecnologia para motores eficientes, estamos na contramão. Meu medo é que o pré-sal faça a gente ficar estagnado no século 19 enquanto o mundo caminha para outros rumos", diz Ferretti.

O aumento das emissões decorrentes do pré-sal é marginal. Estamos falando em reduzir emissões em torno do desmatamento, na Amazônia, no Cerrado, com isso vai ser possível aumentar as emissões do setor de exploração e produção de petróleo com folga, argumenta Suzana Kahn, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Ela diz que as petrolíferas estão trabalhando em projetos de captura e sequestro de carbono e também não querem aumentar suas emissões. "Isso não é um problema que vai impactar nosso cenário", afirma.

O pesquisador Luiz Gylvan Meira Filho, da Universidade de São Paulo, considera os investimentos em petróleo como uma espécie de termômetro do interesse global no enfrentamento das mudanças climáticas. "A idade da pedra não acabou por falta de pedra, mas porque se chegou à conclusão de que havia outros materiais mais interessantes. Com o petróleo deve ocorrer a mesma coisa", diz. "Na medida em que a preocupação com a mudança de clima aumentar, deve cair a demanda por petróleo. A grande questão é saber se a preocupação com o clima será suficiente para alterar o preço de mercado, o que não parece ser o caso ainda."

Valor Econômico, São Paulo, 14 out. 2009, Mudanças Climáticas, p. 9.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais